



## 6.ª REPUBLICAÇÃO

### Aviso Convite

**Investimento RE-C01-i01 - Cuidados de Saúde  
Primários com mais respostas**

**Nº 03/C01-i01/2022**

**Qualificar as instalações e os equipamentos dos  
centros de saúde - Modernizar equipamentos**

**(Alteração ao Preâmbulo e ao ponto 12)**



21 de maio de 2026

Definições e Acrónimos .....	3
Preâmbulo .....	4
Sumário Executivo .....	5
1. Enquadramento Legal .....	6
2. Beneficiários Finais .....	7
3. Área geográfica de aplicação .....	9
4. Objetivos estratégicos .....	9
5. Despesas elegíveis e não elegíveis .....	9
6. Condições de atribuição do financiamento.....	11
7. Condições de operacionalização do investimento.....	12
8. Princípio de “ <i>não prejudicar significativamente</i> ” .....	12
9. Critérios de seleção .....	13
10. Metodologia de pagamento do apoio financeiro do Beneficiário .....	14
Intermediário ao Beneficiário Final.....	14
10.1. Condições para os pagamentos a título de adiantamento (PTA) .....	14
10.2. Condições para os pagamentos a título de reembolso (PTR) e pagamentos a título de saldo final .....	15
11. Reduções e revogações.....	16
12. Modalidades e procedimentos para apresentação das candidaturas .....	17
13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas .....	17
14. Termos de Responsabilidade .....	18
15. Aceitação da decisão .....	19
16. Tratamento de Dados Pessoais .....	19
17. Obrigações dos Beneficiários Finais.....	19
18. Dotação Indicativa.....	21
19. Identificação dos indicadores de realização e de resultado .....	23
20. Divulgação de resultados e pontos de contacto .....	24
Anexo I .....	25
Documentos da Candidatura .....	25
Anexo II .....	26
Critérios de Seleção .....	26
Anexo III .....	27
Diagrama indicativo sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas .....	27
Anexo IV.....	28
Termo de Responsabilidade.....	28

## Definições e Acrónimos

Sigla	Descrição
ACSS. I.P.	Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
AC	Aviso Convite
BI	Beneficiário Intermediário, nos termos do estabelecido no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021.
BF	Beneficiário Final, nos termos do estabelecido no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021.
CS	Centros de Saúde
EMRP ou Recuperar Portugal	Estrutura de Missão Recuperar Portugal, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-B/2021.
MS	Ministério da Saúde
SI	Sistema de Informação
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UE	União Europeia

<b>ULS</b>	Unidade(s) Local(ais) de Saúde
<b>UF</b>	Unidade(s) Funcional(ais)

## Preâmbulo

A 8 de março de 2022 a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. procedeu à publicação do Aviso Convite n.º 03/C01-i01/2022, na qualidade de Beneficiário Intermediário do Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas, que se enquadra a meta i1.09 – Modernizar equipamentos prevista no Plano de Recuperação e Resiliência (doravante PRR).

A 12 de julho de 2023, a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., promoveu a primeira republicação do Aviso Convite em apreço, para efeitos de incremento da execução dos projetos do PRR, desde logo, através da alteração da metodologia de pagamento do apoio financeiro do Beneficiário Intermediário aos Beneficiários Finais, nomeadamente, quanto à modalidade do pedido de pagamento a título de adiantamento, prevista no ponto 9 do Aviso Convite.

A suprarreferida alteração consubstanciou-se num aumento do limite máximo de 13% do valor total do apoio PRR previsto no contrato de financiamento para 25%, tendo o mesmo sido processado após a aceitação dos Termos da decisão comunicada, conforme descrito no ponto 9.

Sucedem que, após a primeira republicação realizada no âmbito do presente Aviso Convite, verificou-se ser necessário proceder a uma segunda republicação do seu teor, a 04 de fevereiro de 2025, no que concerne ao ponto 5 e ao 14 do Aviso Convite, porquanto, revelou-se ser necessária uma discriminação mais detalhada e clarificada das despesas que podem ser consideradas elegíveis, salvaguardando o princípio de elegibilidade que sustenta as mesmas e das Obrigações dos Beneficiários Finais. Introdução do ponto 15 – Tratamento de dados pessoais. A elegibilidade das despesas decorre do seu enquadramento nas regras nacionais e europeias aplicáveis, devendo as aquisições de bens e serviços, ser efetuadas em condições de mercado e a entidades fornecedoras com capacidade para o efeito. No que concerne aos custos incorridos com investimentos incorpóreos, só são considerados despesas elegíveis, caso fique demonstrado que foram adquiridos em condições de mercado e a terceiros não relacionados com o adquirente.

De referir que, as despesas são consideradas elegíveis se realizadas e efetivamente pagas pelos beneficiários entre 1 de fevereiro de 2020 e 30 de junho de 2026, sem prejuízo das demais regras

de elegibilidade de despesas, designadamente as constantes da legislação europeia e nacional aplicável e as relativas aos auxílios de Estado.

A segunda republicação visou, portanto, dar cumprimento ao princípio da transparência e prestação de contas, que determina a aplicação à gestão dos fundos europeus das boas práticas de informação pública dos apoios a conceder e concedidos e de avaliação dos resultados obtidos, e que se encontra previsto no Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio.

A 03 de outubro de 2025, a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. procedeu à terceira republicação do presente do Aviso Convite n.º 03/C01-i01/2022, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 54/2024, de 6 de setembro, que procede à extinção por fusão das Administrações Regionais de Saúde (ARS, I.P.), com o intuito de substituir estes beneficiários por aqueles que assumiram a sua posição contratual, na sequência da assinatura dos Acordos de Sucessão e de, enquadrar, enquanto elegíveis, despesas relativas a ações imateriais diretamente relacionadas com a instalação dos equipamentos. Introdução do ponto 8 – Princípio de “não prejudicar significativamente” e do ponto 14 – Termos de Responsabilidade.

A 06 de novembro de 2025, a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. procedeu à quarta republicação do presente do Aviso Convite n.º 03/C01-i01/2022, para prorrogação do prazo para apresentação das candidaturas até ao dia 28 de novembro de 2025, nomeadamente no ponto 12. Procedeu-se ainda à alteração ao ponto 14.

Revela-se necessária uma quinta republicação deste Aviso Convite, com o intuito de prorrogar o prazo para apresentação das candidaturas até ao dia 12 de dezembro de 2025, nomeadamente no ponto 12.

## Sumário Executivo

O presente Aviso Convite insere-se no âmbito da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários cuja concretização se pretende implementada através do Investimento RE-C01-i01 – “Cuidados de saúde primários com mais respostas”, que permitirá qualificar as instalações e os equipamentos dos centros de saúde, assegurando condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais e adaptando-as aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde, mais precisamente na meta i1.09 – Modernizar equipamentos, enquadrado na Componente 1 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Neste contexto, e considerando que:

- Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS, I.P.) constitui-se

como «Beneficiário Intermediário», porquanto é a entidade pública globalmente responsável pela implementação física e financeira das reformas e de investimentos inscritos na Componente 1 do PRR;

- Foi assinado o contrato de financiamento entre a ACSS, I.P. e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) no dia 17 de agosto de 2021, no qual se prevê a concessão de uma subvenção destinada a financiar a realização do Investimento RE-C01-i01 designado por “Cuidados de Saúde Primários com Mais Respostas”, a ACSS, I.P. procede ao lançamento do presente aviso convite, o qual é elaborado nos termos do disposto no n.º 2 da cláusula 2.ª do contrato de financiamento assinado entre a EMRP e a ACSS, a fim de dar integral cumprimento do princípio da transparência e prestação de contas, que determina a aplicação à gestão dos fundos europeus das boas práticas de informação pública das subvenções a conceder e concedidos de avaliação dos resultados obtidos.

Assim, determina-se o seguinte:

## 1. Enquadramento Legal

No âmbito do *Next Generation EU*, um instrumento extraordinário e temporário de recuperação elaborado pelo Conselho Europeu para mitigação dos graves impactos da pandemia nas economias europeias, foi criado o Mecanismo de Recuperação e Resiliência no Regulamento (UE) 2021/241, de 12 de fevereiro, e que enquadra o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A Componente 1 do Plano de Recuperação e Resiliência pretende reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para responder às mudanças demográficas e epidemiológicas do país, à inovação terapêutica e tecnológica, à tendência de custos crescentes em saúde e às expectativas de uma sociedade mais informada e exigente.

Atualmente, o sistema de saúde português enfrenta importantes desafios associados à evolução das necessidades em saúde e ao aumento das exigências e expectativas da população, destacando-se os seguintes desafios:

- I. Transição demográfica;
- II. Alteração dos padrões de doença;
- III. Mortalidade evitável;
- IV. Níveis de bem-estar e qualidade de vida da população;
- V. O investimento na promoção da saúde e na prevenção da doença;

VI. Fragmentação dos cuidados prestados;

VII. Pagamentos diretos na saúde.

A fim de responder a estes desafios, encontra-se em curso a Reforma de Cuidados de Saúde Primários, que assenta na Lei de Bases da Saúde, e segue uma abordagem transversal, abrangente e integrada, que visa reforçar a resposta em todas as suas vertentes de intervenção, designadamente, na promoção da saúde, prevenção da doença, diagnóstico precoce, tratamento adequado e reabilitação. A reforma dos Cuidados de Saúde Primários constitui um fator chave de modernização e um pilar de sustentação de todo o Serviço Nacional de Saúde.

Como suporte desta reforma, será implementado o Investimento RE-CO1-i01 – “Cuidados de Saúde Primários com mais respostas”, contribuindo para enfrentar os desafios com que o País se confronta no setor da Saúde, agudizados pelo impacto da pandemia COVID-19, e que exigem um SNS cada vez mais robusto, resiliente e eficaz na resposta às necessidades em saúde da população.

O Investimento RE-CO1-i01 “Cuidados de Saúde Primários com mais respostas” prevê a seguinte meta:

- i1.09 – Modernizar equipamentos

A renovação e modernização de equipamentos para a prestação de cuidados de saúde, seja clínico, informático, administrativo, ou outro, é essencial para a prossecução dos objetivos e prioridades definidas no âmbito do PRR para a área da saúde.

## 2. Beneficiários Finais

Este investimento é coordenado a nível nacional pela ACSS, I.P. e compete às respetivas Administrações Regionais de Saúde, I.P. (doravante ARS, I.P.), enquanto institutos públicos integrados na administração indireta do Estado, dotados de autonomia administrativa, financeira e património próprio, e às Unidades Locais de Saúde, E.P.E. (doravante ULS, E.P.E.), enquanto pessoas coletivas de direito público de natureza empresarial, dotadas de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, operacionalizar todos os procedimentos que permitam concretizar, no âmbito das circunscrições territoriais respetivas, meta i1.09 –Modernizar equipamentos, que integra o respetivo Investimento RE-CO1-i01: “Cuidados de Saúde Primários com mais respostas”.

Para o efeito, constituem-se como Beneficiários Finais:

- Unidade Local de Saúde da Póvoa de Varzim / Vila do Conde, E.P.E.;

- Unidade Local de Saúde de
- Unidade Local de Saúde de Braga, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de Entre Douro e Vouga, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de Gaia/Espinho, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de Santo António, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de São João, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde do Alto Ave, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde do Médio Ave, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de Nordeste, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde da Cova da Beira, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de Coimbra, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de Viseu Dão-Lafões, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde da Arrábida, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde da Lezíria, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de Almada / Seixal, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de Amadora/Sintra, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de Lisboa Ocidental, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de Loures/Odivelas, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde de São José, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde do Estuário do Tejo, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde do Médio Tejo, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde do Oeste, E.P.E.;

- Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, E.P.E.;
- Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.
- INSA, I.P.

### 3. Área geográfica de aplicação

O presente investimento e respetivo apoio tem aplicação à área em que as ULS, E.P.E. identificadas no ponto anterior são territorialmente competentes.

### 4. Objetivos estratégicos

O Investimento RE-C01-i01: “Cuidados de Saúde Primários com mais respostas” visa suportar a concretização da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários. A meta elencada no presente Aviso Convite foi concebida após a identificação dos desafios que os Cuidados de Saúde Primários enfrentam e aos quais o PRR contribuirá para dar resposta.

Deste modo, a implementação do presente investimento, através da aquisição e modernização dos equipamentos das unidades de saúde, visa contribuir para o cumprimento dos objetivos estratégicos da Componente 1 do PRR, nomeadamente:

- Qualificar as instalações e os equipamentos dos centros de saúde;
- Assegurar condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais;
- Adaptar equipamentos dos centros de saúde aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde;
- Corrigir assimetrias regionais e locais.

### 5. Despesas elegíveis e não elegíveis

São elegíveis as despesas associadas aos procedimentos de contratação pública iniciados após 1 de fevereiro de 2020.

Constituem-se despesas elegíveis todas as que se destinem exclusivamente à concretização dos projetos e que se rejam pelos princípios da boa administração, da boa gestão financeira e da otimização dos recursos disponíveis, designadamente a aquisição de equipamentos de prestação de cuidados de saúde, a saber:

- 1- Equipamento básico/clínico:

- a. Equipamento clínico e de diagnóstico para modernizar unidades e serviços de saúde.

Em alguns casos destinado a equipar novas unidades de saúde ou requalificações;

- b. Equipamento para modernização dos laboratórios de saúde pública;

- c. Equipamentos para:

- i. Dotar as unidades de saúde com rede de frio necessária à vacinação; ii. Planos de contingência; iii. Programas de intervenção comunitária.

## 2- Equipamento administrativo:

- a. Mobiliário e equipamento administrativo para equipar gabinetes de consulta, salas de vacinação, zonas de receção de utentes e sala de espera, salas de trabalho e formação.

## 3- Equipamento Informático e de Comunicação:

- a. Aquisição de novos sistemas de comunicação e soluções de smart marketing SMS para as unidades funcionais
- b. Soluções para a garantia de cibersegurança
- c. Renovação do parque informático com preparação para as situações de trabalho à distância e sistemas de vídeo conferência;
- d. Atualização e dotação de software.

## 4- Outros equipamentos:

- a. Equipamento para a melhoria de sistemas de iluminação e eficiência energética das unidades de saúde:
- i. Substituição de equipamentos menos eficientes; ii. Aplicação de painéis fotovoltaicos;
- b. Equipamentos para a proteção contra incêndios e outras condições de segurança de profissionais, utentes e edifícios.
- c. Ações imateriais diretamente relacionadas com a instalação dos equipamentos, nomeadamente, emissão de certificados energéticos, ações de acompanhamento da instalação, auditorias, fiscalizações, reportagens fotográficas, vídeos, entre outros.

Só podem ser consideradas elegíveis as despesas efetivamente pagas pelo Beneficiário Final e validadas pelo ACSS, I.P., na qualidade de Beneficiário Intermediário, até à data limite de 30 de junho de 2026.

Por outro lado, constituem despesas não elegíveis:

1. As despesas realizadas pelos beneficiários finais no âmbito de operações de locação financeira, de arrendamento ou de aluguer de longo prazo;
2. As despesas associadas a procedimentos de contratação pública anteriores a 1 de fevereiro 2020;
3. Custos normais de funcionamento do beneficiário, não previstos no investimento contratualizado, bem como custos de manutenção e substituição e custos relacionados com atividades de tipo periódico ou contínuo;
4. Pagamentos em numerário, exceto nas situações em que se revele ser este o meio de pagamento mais frequente, em função da natureza das despesas, e desde que num quantitativo unitário inferior a 250 euros;
5. Despesas pagas no âmbito de contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante financiado pelo PRR ou das despesas elegíveis da operação;
6. Aquisição de bens em estado de uso;
7. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), recuperável ou não pelo beneficiário final; não obstante do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei nº53-B/2021, de 23 de junho, quando aplicável;
8. Juros e encargos financeiros;
9. Fundo de maneiio;
10. Despesas previstas no PRR que tenham sido objeto de financiamento por outros fundos comunitários.

## 6. Condições de atribuição do financiamento

A taxa de financiamento do Investimento é 100% do valor global elegível, até ao limite máximo indicado no ponto 18. Considera-se valor global elegível a soma dos valores das despesas consideradas elegíveis, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) aplicável, sem prejuízo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho.

Os apoios a conceder revestem a forma de subvenção não reembolsável.

## 7. Condições de operacionalização do investimento

O investimento abrangido pelo presente Aviso Convite, destina-se ao reforço dos serviços do SNS. De acordo com o disposto do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, a ACSS, I.P., tem por missão assegurar a gestão dos recursos financeiros e humanos do MS e do SNS, bem como das instalações e equipamentos do SNS, proceder à definição e implementação de políticas, normalização, regulamentação e planeamento em saúde, nas áreas da sua intervenção.

As ULS, E.P.E., são pessoas coletivas de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do regime jurídico do setor público empresarial, cujas atribuições são fixadas de acordo com a política de saúde a nível nacional e regional e com os planos estratégicos superiormente aprovados, segundo o disposto no , segundo o disposto no artigo 63.º do [Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 agosto](#). Note-se que as ULS, E.P.E. são constituídas, entre outras, por Unidades Funcionais prestadoras de Cuidados de Saúde Primários.

Neste sentido, no respeitante à meta i1.09 – Modernizar equipamentos, identificou-se aquando da elaboração desta medida da Componente 1 do PRR, as ULS como as entidades responsáveis por operacionalizar o referido Investimento no âmbito da respetiva circunscrição territorial.

A formalização do apoio realiza-se através da assinatura de contrato de financiamento entre a ACSS, I.P. e ULS, E.P.E., onde se encontra acautelado todas as obrigações e responsabilidades das partes conducentes ao cumprimento dos objetivos do investimento.

## 8. Princípio de “não prejudicar significativamente”

As operações apoiadas pelo PRR, no âmbito da presente OT, devem respeitar os requisitos previstos no princípio de “não prejudicar significativamente”, em conformidade com o disposto no artigo 17.º do [Regulamento \(UE\) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho](#) ex vi artigo 5.º e 17.º ambos do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, nas suas várias expressões.

As aquisições de equipamentos previstos para as Unidades de Cuidados de Saúde em apreço, devem ser promovidas ao abrigo dos critérios em matéria de contratos públicos ecológicos da UE ([https://ec.europa.eu/environment/gpp/eu\\_gpp\\_criteria\\_en.htm](https://ec.europa.eu/environment/gpp/eu_gpp_criteria_en.htm))

Adicionalmente, os equipamentos mencionados devem cumprir com os requisitos definidos no Decreto-Lei n.º 12/2011, de 24 de janeiro, quanto à sua conceção ecológica, sempre que aplicável, e seja assegurado o cumprimento da Diretiva n.º 2011/65/EU do Parlamento Europeu, transposta pelo Decreto-Lei n.º 79/2013, exceto quando as concentrações por peso não ultrapassam os valores estabelecidos no mesmo, sempre que aplicável.

Os equipamentos deverão estar abrangidos por um plano de gestão de resíduos que deve incluir ainda especificações técnicas relativas à durabilidade, reparabilidade e reciclabilidade dos equipamentos elétricos e eletrónicos a adquirir e instalar, de acordo com as especificações do [Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro](#), que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852 e [Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro](#), pelo que não se prevê que a medida conduza a um aumento significativo da produção, da incineração ou da eliminação de resíduos, dê origem a ineficiências significativas na utilização direta ou indireta de qualquer recurso natural ou venha a causar danos significativos e de longo prazo no ambiente.

As aquisições de equipamentos médicos previstos devem ser promovidas ao abrigo do disposto [Decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro](#), que estabelece o regime jurídico da proteção radiológica, transpondo a Diretiva 2013/59/Euratom.

## 9. Critérios de seleção

Na avaliação do mérito da candidatura serão aplicados os parâmetros de avaliação e os respetivos coeficientes de ponderação, constantes do Anexo II ao presente Aviso Convite.

A classificação da candidatura, resultante da aplicação dos critérios de seleção, é atribuída numa escala de avaliação de 1 a 5 (1, 3 e 5) pontos, em que 5 representa uma valoração Elevada, 3 uma valoração Média e 1 uma valoração Reduzida por agregação das classificações de cada critério, com a aplicação do respetivo coeficiente de ponderação.

A Classificação Final (CF) da candidatura é estabelecida pela soma ponderada das classificações dos seguintes critérios (C) de avaliação:

$$CF=CA*0,50+CC*0,50$$

onde:

CA – Qualidade da proposta;

CC – Impacto da candidatura.

Serão selecionadas para cofinanciamento as candidaturas que obtenham uma classificação final de mérito absoluto igual ou superior a 2,50 pontos e que tenham enquadramento no montante máximo fixado no ponto 18 do presente Aviso Convite.

Em caso de empate será utilizado como critério de desempate a data e hora da submissão das candidaturas.

## **10. Metodologia de pagamento do apoio financeiro do Beneficiário**

### **Intermediário ao Beneficiário Final**

Os pagamentos do apoio financeiro a cada Beneficiários Finais são processados pela ACSS, I.P., de acordo com a seguinte sequência:

- 1) Processamento de um primeiro pagamento a título de adiantamento, após a assinatura do contrato de financiamento.
- 2) Processamento de pagamentos a título de reembolso de despesas incorridas com a realização dos projetos, mediante informação relativa à execução financeira das operações.
- 3) Processamento de um último pagamento a título de saldo final, em sede de encerramento do projeto, confirmando a execução da operação nos termos do presente Aviso Convite.

#### **10.1. Condições para os pagamentos a título de adiantamento (PTA)**

Com a celebração do contrato de financiamento com o Beneficiário Final, no qual é formalizada a concessão do apoio financeiro, conforme ponto 15 do presente AC, é processado o primeiro pagamento a título de adiantamento, no montante correspondente a 25% do valor total do apoio PRR previsto no contrato de financiamento.

O pagamento do referido adiantamento é processado após aceitação dos Termos de decisão, conforme previsto no ponto 15 do presente Aviso Convite e será transferido para a conta do IBAN identificado no contrato e pertencente ao Beneficiário Final. Uma vez observadas as condições legais e regulamentarmente aplicáveis, a avaliação das condições de processamento do adiantamento é efetuada pela ACSS, I.P., tendo em conta ferramenta eletrónica para o efeito de processamento do adiantamento, que

automaticamente fica disponível logo que o beneficiário Final tenha aceite a decisão. Nessa avaliação da ACSS, I.P. é assegurada a regularidade das situações do Beneficiário Final para receber os fundos PRR.

Em situações de natureza excecional justificadas pelo cumprimento das condições de fornecimento dos bens e serviços contratados ou de outras condições específicas de execução dos projetos, o limite máximo de 25% pode ser ultrapassado, mediante pedido devidamente fundamentado apresentado pelo Beneficiário Final à ACSS, I.P. e aprovado pelo Conselho Diretivo. Para este efeito, é disponibilizado um formulário eletrónico aos Beneficiários Finais.

## **10.2. Condições para os pagamentos a título de reembolso (PTR) e pagamentos a título de saldo final**

Os pagamentos a título de reembolso são realizados com base em pedidos de pagamento apresentados pelos Beneficiários Finais, através do preenchimento de formulário eletrónico disponibilizado para o efeito. Estes pedidos de pagamento serão validados pela ACSS, I.P. após verificação da sua conformidade face aos objetivos mencionados no ponto 1 e às despesas elegíveis mencionadas no ponto 5.

Os pagamentos a título de reembolso processam-se da seguinte forma:

- a) No prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido de reembolso, a ACSS, I.P. analisa o pedido de pagamento, delibera e emite a correspondente ordem de pagamento ou comunica os motivos da recusa, salvo quando a ACSS, I.P. solicite esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise, caso em que se suspende aquele prazo;
- b) Se, por motivos não imputáveis aos Beneficiários Finais, seja impossível proceder à emissão do pedido de reembolso no prazo fixado na alínea anterior, a ACSS, I.P. emite um pagamento a título de adiantamento;
- c) O pagamento efetuado a título de adiantamento, nos termos da alínea anterior, é convertido em pagamento a título de reembolso, através da validação do correspondente pedido de pagamento em prazo não superior a 60 dias úteis.

Os pagamentos são efetuados até ao limite de 95% do montante da decisão de financiamento, ficando o pagamento do remanescente (5%) condicionado à apresentação por parte dos Beneficiários Finais, do pedido de pagamento de saldo final e relatório final, confirmando a execução da operação nos termos do presente Aviso Convite.

A identificação do pedido de pagamento é da responsabilidade dos Beneficiários Finais, por preenchimento de um campo específico constante do formulário do pedido de pagamento.

Todos os pedidos de pagamento são objeto de verificações administrativas efetuadas pela ACSS, I.P., envolvendo tanto a verificação de aspetos formais como a verificação de documentos de suporte à despesa apresentada.

De forma complementar às verificações administrativas serão realizadas pela ACSS, I.P. verificações no local com base na avaliação de risco e proporcionais face aos riscos identificados.

Estas estarão estruturadas da seguinte forma:

- Definição de uma amostra representativa do universo de operações;
- Verificações no local no encerramento de operações com investimentos maioritariamente de natureza corpórea;
- Elaboração do relatório técnico de visita;
- Comunicação dos resultados/conclusões do Relatório aos Beneficiários Finais, estabelecendo, sempre que existam, recomendações e um prazo para regularização das anomalias detetadas;
- Demonstração pelos Beneficiários Finais do cumprimento das recomendações e das medidas adotadas para a correção das anomalias detetadas.

## 11. Reduções e revogações

O pagamento pode ser suspenso até à regularização ou à tomada de decisão decorrente da análise da situação subjacente, com os seguintes fundamentos:

- a) Superveniência ou falta de comprovação de situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social, bem como de restituições no âmbito dos financiamentos;
- b) Existência de deficiências no processo comprovativo da execução do investimento, designadamente de natureza contabilística ou técnica;
- c) Não envio, no prazo determinado, de elementos solicitados, salvo se for aceite a justificação que venha, eventualmente, a ser apresentada pelo beneficiário;
- d) Mudança de conta bancária do Beneficiário Final, sem comunicação prévia ao Beneficiário Intermediário.;

- e) Superveniência das situações decorrentes de averiguações promovidas por autoridades administrativas sustentadas em factos cuja gravidade indicie ilicitude criminal, envolvendo a utilização indevida das subvenções concedidas.

## 12. Modalidades e procedimentos para apresentação das candidaturas

A apresentação das candidaturas é efetuada mediante o preenchimento de formulário eletrónico próprio disponibilizado para o efeito, na plataforma <https://benef.recuperarportugal.gov.pt/siga-bf/app/Login.php>.

Ao abrigo deste Aviso Convite o prazo para a apresentação das candidaturas decorre entre as 9:00:00h do dia 06 de outubro de 2025 e as 17:59:59 do dia 12 de dezembro de 2025.

## 13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

As candidaturas são selecionadas de acordo com os critérios de seleção previstos neste Aviso Convite.

Os Beneficiários Finais são notificados das correspondentes propostas de decisão das candidaturas, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos, sendo o mesmo ouvido no procedimento, nos termos legais, efeito para o qual é concedido um prazo máximo de 10 dias úteis, contado a partir da data da notificação atrás referida, para apresentar eventuais alegações em contrário.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas, que pode ser favorável, desfavorável ou favorável, mas condicionada à satisfação de determinados requisitos, é proferida pela ACSS, I.P. até ao prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data de encerramento do Aviso Convite.

O mencionado prazo de decisão suspende-se quando sejam solicitados ao Beneficiário Final quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer uma vez. A não apresentação no prazo de 10 dias úteis dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determina que a análise da candidatura prossegue apenas com os elementos disponibilizados, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam considerados determinantes para uma decisão favorável, salvo motivo justificável não imputável ao beneficiário e aceite pela ACSS, I.P.

A decisão é notificada ao beneficiário no prazo de 10 dias úteis a contar da data da sua emissão, conforme diagrama em Anexo III.

## 14. Termos de Responsabilidade

Os procedimentos e metodologia descritos nos pontos 9 e 13 do presente Aviso Convite poderão, em alternativa, ser dispensados caso o Beneficiário Final subscreva o Termo de Responsabilidade previsto no anexo IV em que, sob compromisso de honra e para os devidos e legais efeitos, declara que:

a) A candidatura cumpre e cumprirá todos os requisitos e as condições técnicas exigidas ou exigíveis no âmbito da redação do Aviso Convite nas condições fixadas;

b) Se compromete a cumprir o estabelecido na alínea a) e a esclarecer quaisquer questões que venham a ser pedidas pela ACSS, I.P., no prazo indicado por este instituto Público, até ao período do primeiro desembolso (segunda tranche) sob pena de caducidade da candidatura, do não desembolso do montante de financiamento previsto e ordem de devolução da verba anteriormente recebida, nos termos e condições que lhe sejam impostos;

c) Tem conhecimento e aceita cumprir as normas legais e regulamentares, nacionais e europeias, aplicáveis durante a execução da mesma candidatura, e compromete-se a observar e a respeitar na íntegra todas as instruções e recomendações técnicas que lhe sejam apresentadas pela ACSS, I.P., no âmbito deste programa, sob pena de caducidade da candidatura;

d) Se responsabiliza pela execução da candidatura em todas as suas fases e etapas, na correta aplicação e demonstração da utilização dos dinheiros públicos que lhe sejam disponibilizados em cada uma das tranches da candidatura devidamente aprovada pela ACSS, I.P., assumindo o compromisso de devolver todos os montantes recebidos e a acatar as sanções e penalizações que sejam aplicáveis, em caso de incumprimento ou abandono de quaisquer compromissos assumidos pela mesma candidatura, na qualidade de Beneficiário Final, em qualquer etapa de realização do programa de apoio financeiro, bem como suportará todos os custos que decorram de perdas e danos provocados pela caducidade ou resolução da mesma candidatura, inclusive pelas utilizações financeiras abusivas que dela sejam feitas até efetivo e integral ressarcimento.

Assim, em caso de subscrição do referido termo de responsabilidade, não ocorrerá avaliação do mérito da candidatura presumindo-se, pela entrega do documento, que a candidatura possuiu a classificação suficiente para a sua aprovação.

Neste cenário, fica o Beneficiário Final apenas obrigado a garantir que, até ao primeiro pedido de pagamento a título de reembolso, entrega todos os documentos obrigatórios previstos no ponto 12, procedendo a ACSS a mera verificação administrativa, sem prejuízo de nos termos legais e regulamentares previstos, a existência de verificações no local.

## 15. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do incentivo é formalizada mediante a assinatura do contrato de financiamento entre a ACSS e os Beneficiários Finais.

## 16. Tratamento de Dados Pessoais

Todos os dados pessoais serão processados de acordo com o [Regulamento \(UE\) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016](#), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais (RGPD) e com a [Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto](#), que procede à sua execução, em relação aos dados pessoais a que acedam no âmbito do presente Aviso Convite.

A política de privacidade da ACSS, I.P. encontra-se disponível para ser consultada [aqui](#).

Os dados pessoais serão transmitidos à Estrutura de Missão “Recuperar Portugal” e à Comissão Europeia, e tratados com o fim de avaliação do cumprimento satisfatório dos marcos e metas bem como controlo sobre a legalidade e regularidade dos pagamentos de modo a assegurar uma proteção adequada dos interesses financeiros da União Europeia e do Estado Português, como por exemplo, através da ferramenta FENIX, podendo ser consultada a sua política de privacidade [aqui](#). A «Recuperar Portugal» disponibiliza as informações sobre o tratamento de dados pessoais que realiza na sua Política de Proteção de Dados disponível no seu [site institucional na Internet](#).

Os dados pessoais serão também tratados, com o fim de identificar riscos de fraude, conflitos de interesses ou irregularidades, através da ferramenta ARACHNE disponibilizada pela Comissão Europeia, de acordo com o processo e a sua finalidade, melhor explicados [aqui](#), e na [política de privacidade](#).

## 17. Obrigações dos Beneficiários Finais

Na execução da meta prevista no presente Aviso Convite devem ser respeitados, em especial, os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da imparcialidade, da

proporcionalidade, da boa-fé, da tutela da confiança, da sustentabilidade e da responsabilidade, bem como os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não discriminação

As regras de contratação pública deverão ser integralmente cumpridas na aquisição de bens ou prestação de serviços junto de entidades terceiras.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, que criou o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, bem como Orientação Técnica n.º 5/2021, de 24 de agosto, emitida pela EMRP, designada por “Guia de Informação e Comunicação para os Beneficiários do PRR”, o Beneficiário Final deve dar cumprimento aos requisitos de informação, comunicação e publicidade relativamente à origem do financiamento

Devem ainda ser observadas as seguintes obrigações pelos Beneficiários Finais:

- a) Executar as operações nos termos e condições aprovados;
- b) Permitir o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo do projeto aprovado;
- c) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados, controlo e auditoria;
- d) Conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento;
- e) Cumprir os normativos em matéria de contratação pública;
- f) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- g) Ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- h) Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação;

- i) Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- j) Comunicar as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à realização do projeto.
- k) Garantam o cumprimento do princípio do Não Prejudicar Significativamente “Do No Significant Harm” (DNSH), não incluindo atividades que causem danos significativos a qualquer objetivo ambiental na aceção do Artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho (Regulamento da Taxonomia da UE) e assegurando o cumprimento da legislação ambiental aplicável a nível nacional e da União Europeia.
- l) Apresentação do planeamento mensal dos trabalhos;
- m) Apresentação mensal de evidências relativas ao cumprimento do planeamento, sob pena de resolução do contrato.

## 18. Dotação Indicativa

A dotação alocada ao presente Aviso Convite é de 51.064.529,83 €, sendo esta proveniente do PRR e do Orçamento do Estado. Após a totalidade da verba PRR se encontrar comprometida, o remanescente, até perfazer a dotação, será assegurado por verbas do Orçamento do Estado.

A dotação do PRR alocada à meta a que respeita o presente Aviso Convite é distribuída pelos Beneficiários Finais do seguinte modo:

- Unidade Local de Saúde da Póvoa de Varzim / Vila do Conde, E.P.E., Unidade Local de Saúde de Barcelos/Esposende, E.P.E., Unidade Local de Saúde de Braga, E.P.E., Unidade Local de Saúde de Entre Douro e Vouga, E.P.E., Unidade Local de Saúde de Gaia/Espinho, E.P.E., Unidade Local de Saúde de Santo António, E.P.E., Unidade Local de Saúde de São João, E.P.E., Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E., Unidade Local de Saúde do Alto Ave, E.P.E., Unidade Local de Saúde do Médio Ave, E.P.E. e Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa, E.P.E.– 18.343.008,18 €, sendo que 5.175.458,64 € foram executados pela Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., antes da sucessão da posição contratual do ao abrigo do Projeto 345. Assim, a dotação remanescente distribui-se do seguinte modo:
  - o Unidade Local de Saúde da Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E. – 1.144.495,51 €
  - o Unidade Local de Saúde de Barcelos/Esposende, E.P.E. – 1.150.495,50 €
  - o Unidade Local de Saúde de Braga, E.P.E. – 1.169.695,50 €
  - o Unidade Local de Saúde de Entre Douro e Vouga, E.P.E. – 1.167.295,50 €
  - o Unidade Local de Saúde de

Gaia/Espinho, E.P.E. – 1.169.695,50 € o Unidade Local de Saúde de Santo António, E.P.E. – 1.166.095,50 € o Unidade Local de Saúde de São João, E.P.E. – 1.169.095,51 € o Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E. – 1.176.895,51 € o Unidade Local de Saúde do Alto Ave, E.P.E. – 1.163.695,50 € o Unidade Local de Saúde do Médio Ave, E.P.E. – 1.158.295,50 € o Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa, E.P.E. – 1.191.895,51 € o INSA, I.P. – 339.899,00 €

- Unidade Local de Saúde de Nordeste, E.P.E. – 1.551.440,00 € (Projeto – 379, em curso);
- Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E. – 1.722.840,00 € (Projeto – 365, em curso);
- Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E. – 401.040,00 € (Projeto – 373, em curso);
- Unidade Local de Saúde da Cova da Beira, E.P.E.; Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, E.P.E.; Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, E.P.E.; Unidade Local de Saúde de Coimbra, E.P.E.; Unidade Local de Saúde de Viseu Dão-Lafões, E.P.E.; Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, E.P.E.; Unidade Local de Saúde de Entre Douro e Vouga, E.P.E. – 3.898.525,14 €, sendo que 1.338.347,93 € foi executado pela Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., antes da sucessão da posição contratual do ao abrigo do Projeto 376. Assim, a dotação remanescente distribui-se do seguinte modo:
  - o Unidade Local de Saúde da Cova da Beira, E.P.E. – 171.865,26 €; o Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, E.P.E. – 453.049,46 €; o Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, E.P.E. – 281.942,37 €; o Unidade Local de Saúde de Coimbra, E.P.E. – 1.197.635,41 €; o Unidade Local de Saúde de Viseu Dão-Lafões, E.P.E. – 156.834,31 €; o Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, E.P.E. – 288.936,46 €;
  - o Unidade Local de Saúde de Entre Douro e Vouga, E.P.E. – 9.913,14 €
- Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. – 504.823,09 € (Projeto – 367, em curso);
- Unidade Local de Saúde da Arrábida, E.P.E.; Unidade Local de Saúde da Lezíria, E.P.E.; Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, E.P.E.; Unidade Local de Saúde de Almada / Seixal, E.P.E.; Unidade Local de Saúde de Amadora/Sintra, E.P.E.; Unidade Local de Saúde de Lisboa Ocidental, E.P.E.; Unidade Local de Saúde de Loures/Odivelas, E.P.E.; Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E.; Unidade Local de Saúde de São José, E.P.E.; Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, E.P.E.; Unidade Local de Saúde do Estuário do Tejo, E.P.E.; Unidade Local de Saúde do Médio Tejo, E.P.E.; Unidade Local de Saúde do Oeste, E.P.E. - 22.470.896,60 €, sendo que 2.956.708,15 € foram executados pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., antes da sucessão da posição contratual do ao abrigo do Projeto 374. Assim, a dotação remanescente distribui-se do seguinte modo:

- o Unidade Local de Saúde da Arrábida, E.P.E. – 1.165.458,37 €; o Unidade Local de Saúde da Lezíria, E.P.E. – 896.327,20 €; o Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, E.P.E. – 239.461,92 €; o Unidade Local de Saúde de Almada / Seixal, E.P.E. – 2.011.566,65 €; o Unidade Local de Saúde de Amadora/Sintra, E.P.E. – 2.018.396,60 €; o Unidade Local de Saúde de Lisboa Ocidental, E.P.E. – 1.900.036,00 €; o Unidade Local de Saúde de Loures/Odivelas, E.P.E. – 1.739.697,01 €; o Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E. – 2.155.256,49 €; o Unidade Local de Saúde de São José, E.P.E. – 2.553.396,23 €; o Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, E.P.E. – 1.653.984,21 €; o Unidade Local de Saúde do Estuário do Tejo, E.P.E. – 751.708,61 €; o Unidade Local de Saúde do Médio Tejo, E.P.E. – 883.950,10 €;
  - o Unidade Local de Saúde do Oeste, E.P.E. – 1.544.949,06 €.
- Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, E.P.E. – 1.888.352,64 €, sendo que 793.237,75 € foram executados pela Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P., antes da sucessão da posição contratual ao abrigo do Projeto 340. Assim, a dotação remanescente distribui-se do seguinte modo:
    - o Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, E.P.E. – 1.095.114,89 €.
  - Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E. – 283.604,18 € (Projeto – 381, em curso).

## 19. Identificação dos indicadores de realização e de resultado

São objeto de contratualização e monitorização os objetivos previstos na candidatura em matéria de realização e de resultados:

- a) Indicadores de realização:
  - Número de equipamentos adquiridos;
- b) Indicador de resultado:
  - Número de Unidades Funcionais destinatárias;
  - População potencialmente abrangida.

Prosseguindo uma orientação para resultados, a operação deverá contemplar a recolha de informação necessária que permita a aferição destes indicadores até ao seu encerramento, momento em que se afere a concretização dos



objetivos e condições subjacentes à aprovação. Uma avaliação positiva possibilitará o pagamento integral do incentivo, conforme ponto 10 do presente Aviso Convite.

## 20. Divulgação de resultados e pontos de contacto

O presente Aviso Convite encontra-se disponível nos seguintes sites: <https://recuperarportugal.gov.pt/candidaturas-prr/> e [http://www.acss.min-saude.pt/category/lista-da-homepage/prr-plano-de-recuperacao-e-resiliencia/#tab\\_componente-1-sns](http://www.acss.min-saude.pt/category/lista-da-homepage/prr-plano-de-recuperacao-e-resiliencia/#tab_componente-1-sns).

A obtenção de informações e o esclarecimento de dúvidas sobre o presente Aviso Convite são realizados, em exclusivo, pelo contacto com a ACSS, I.P., através do e-mail [prr@acss.minsaude.pt](mailto:prr@acss.minsaude.pt) ou contacto telefónico 217 925 800.

André Filipe de Sousa da Trindade Ferreira,

Presidente da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

## **Anexo I**

### **Documentos da Candidatura**

As Entidades identificadas no presente Aviso Convite deverão anexar ao formulário de candidatura, através de *upload*, a seguinte documentação:

- I. Discriminação dos equipamentos adquiridos ou a adquirir por tipologia (a saber, equipamento médico, equipamento de apoio ao diagnóstico, equipamento administrativo, equipamento informático e de comunicações) e respetiva distribuição por Unidade Funcional;

## Anexo II

### Critérios de Seleção

$$CF=CA*0,50+CC*0,50$$

Onde:

CA – Qualidade da proposta;

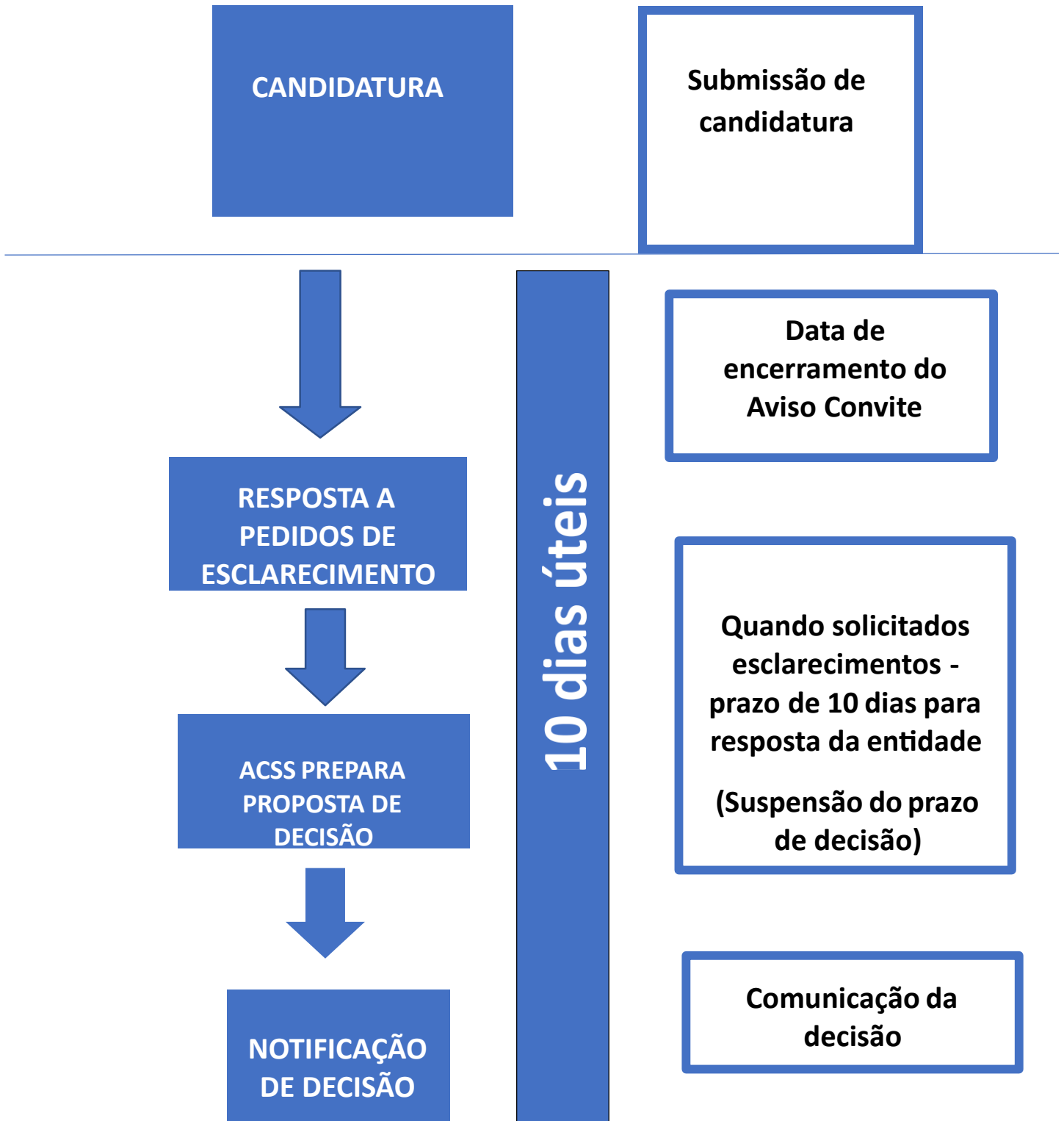
CC – Impacto da candidatura.

Serão selecionadas para cofinanciamento as candidaturas que obtenham uma classificação final de mérito absoluto igual ou superior a 2,50 pontos e que tenham enquadramento no montante máximo fixado no ponto 8 do presente Aviso Convite.

Critérios de seleção	Descrição	Parâmetros de avaliação	Ponderação dos critérios (%)
A) Qualidade da candidatura	Avaliada a coerência e racionalidade da candidatura, considerando os equipamentos a adquirir e a sua planificação.	1 – Reduzida 3 – Média 5 – Elevada	50%
C) Impacto da candidatura	Avaliado o contributo global da candidatura para a qualificação das instalações e dos equipamentos dos centros de saúde, para o conforto e segurança para utentes e profissionais e para a adaptação aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde.	1 – Reduzida 3 – Média 5 – Elevada	50%

### Anexo III

Diagrama indicativo sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas



## Anexo IV

### Termo de Responsabilidade

Para os devidos efeitos, o Município/ULS \_\_, com o número de identificação fiscal \_\_, aqui representado pelo/a Presidente da Câmara/Conselho de Administração, \_(nome completo), na qualidade de Beneficiário Direto da candidatura submetida junto da ACSS, I.P. sob o número \_\_, respeitante ao Aviso Convite N.º 03/C01-i01/2022, *Qualificar as instalações e os equipamentos dos centros de saúde - Modernizar equipamentos*, na qualidade de Beneficiário Final, sob compromisso de honra e para os devidos e legais efeitos, sujeito à aprovação da ACSS, I.P., e subsequente declaração de aprovação da candidatura e libertação do montante correspondente ao pagamento a título de adiantamento (25%) do financiamento do PRR, previsto pelo mesmo Aviso, declara que:

- a) A candidatura cumpre e cumprirá todos os requisitos e as condições técnicas exigidas ou exigíveis no âmbito da republicação atual do Aviso Convite N.º 03/C01- i01/2022, *Qualificar as instalações e os equipamentos dos centros de saúde - Modernizar equipamentos*, nas condições fixadas;
- b) Compromete-se a cumprir o estabelecido na alínea a) e a esclarecer quaisquer questões que venham a ser pedidas pela ACSS, I.P., no prazo indicado por este Instituto Público, até ao período do primeiro desembolso (segunda *tranche*) sob pena de caducidade da candidatura, do não desembolso do montante de financiamento previsto e ordem de devolução da verba anteriormente recebida, nos termos e condições que lhe sejam impostos;
- c) Tem conhecimento e aceita cumprir as normas legais e regulamentares, nacionais e europeias, aplicáveis durante a execução da mesma candidatura, e compromete-se a observar e a respeitar na íntegra todas as instruções e recomendações técnicas que lhe sejam apresentadas pela ACSS, I.P., no âmbito deste programa, sob pena de caducidade da candidatura;
- d) Responsabiliza-se pela execução da candidatura em todas as suas fases e etapas, na correta aplicação e demonstração da utilização dos dinheiros públicos que lhe sejam disponibilizados em cada uma das *tranches* da candidatura devidamente aprovada pela ACSS, I.P., assumindo o compromisso de devolver todos os montantes recebidos e a acatar as sanções e penalizações que sejam aplicáveis, em caso de incumprimento ou abandono de quaisquer compromissos assumidos pela mesma candidatura, na qualidade de Beneficiário Final, em qualquer etapa de realização do programa de apoio *Qualificar as instalações e os equipamentos dos centros de saúde - Modernizar equipamentos*, bem como suportará todos os custos que decorram de perdas e danos provocados pela caducidade ou resolução da mesma candidatura, inclusive pelas utilizações financeiras abusivas que dela sejam feitas até efetivo e integral ressarcimento.

\_\_\_\_\_(local), \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

Assinatura

